





## **A língua Tapirapé: um estudo de caso de uma pesquisa infinda**

Yonne de Freitas Leite (CNPq / Museu Nacional - UFRJ)

É para mim uma grande honra abrir o I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas Brasileiras da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, realizado graças ao empenho de nossa incansável coordenadora Prof<sup>a</sup> Ana Suelly de Arruda Camara Cabral e do apoio do Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues, pioneiro no país e internacionalmente conhecido não só pela renovação dos estudos das línguas indígenas, principalmente de sua classificação, mas também por sua luta em prol da pesquisa e do reconhecimento do campo de saber. De começo aviso que serei *soft*, deixando o *hard work* para a tarde, pois, conforme vi na programação, vai ser muito boa e, diria, puxada.

O que apresentarei aqui são apenas recordações de momentos significativos da trajetória do campo e de minha vivência e olhar durante esses 40 anos em que a ele me dediquei, vistos através do projeto de pesquisa que desenvolvo há mais de 30 anos e que, sem dúvida alguma, recaptura momentos significativos de nossa história, composta de buscas, muitos acertos, alguns erros e muito entusiasmo.

A primeira lembrança, entre várias, que é preciso aqui assinalar é dos idos de 1985, do I Encontro Nacional da ANPOLL, realizado em Curitiba, em que um grupo, cujo número podia se contar nos dedos da mão, decidiu organizar o GT de Línguas Indígenas e começou a tomar corpo a idéia de um programa especial e integrado, com a finalidade de formar pessoal e de iniciar um estudo sistemático de documentação e análise, que consolidasse e institucionalizasse esta área de conhecimento. Estava presente nesta ocasião a inesquecível Marisa Cassim, que comprou a idéia e se tornou uma defensora junto ao CNPq da implantação do Programa Integrado de Pesquisa Científica com Línguas Indígenas Brasileiras, que teve como modelo o Projeto Integrado de Genética (PIG), de grande sucesso e excelentes resultados. A pequena comunidade que formávamos então aceitou o desafio e durante alguns anos se contou com recursos para qualificar novos quadros e retirar alguns exemplares do rol das línguas sem documentação e fadados à extinção. Nunca se fez uma avaliação do papel do Projeto de Linguística Indígena, mas me parece correto dizer que foi aquela iniciativa, juntamente com o fortalecimento da pós-graduação, que deu ao campo a institucionalização e o crescimento que vemos aqui hoje.



Dos dedos da mão, número daquele pequeno grupo dos anos 80, tudo mudou rapidamente. Da programação deste I Encontro Internacional constam 50 comunicações e sete mesas redondas, cada uma com uma média de seis comunicadores, mais uma sessão de painéis e lançamento de livros. Cerca de 100 trabalhos, resultados de pesquisas sincrônicas e diacrônicas e, ainda mais, reflexões sobre política educacional e ética do trabalho com povos indígenas. Também fomos brindados com a presença de colegas de outros países que vieram ouvir nossos trabalhos e a quem ouviremos em conferências sobre temas variados. O GT internacionalizou-se.

A mudança é grande, pois se, há 15 anos atrás, nos reuníamos sentados em volta de uma mesa pequena, hoje aqui estamos abrindo nossos trabalhos num grande auditório.

O contraste fica ainda maior se voltarmos ao final dos anos 50, quando descobri as línguas indígenas brasileiras. Passara pelo curso de bacharelado e licenciatura em Letras Neolatinas, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, pensando ainda que índio, no Brasil, era coisa do passado, falavam tupi-guarani, moravam em taba, tinham um cacique chamado morubixaba, um curandeiro chamado pajé e estavam fielmente representados nas poesias de nossos poetas românticos e em *O Guarani* de José de Alencar, transformado numa belíssima ópera por Carlos Gomes. O meu despertar se deu nos Estados Unidos, num curso de verão da *Linguistic Society of America*, em Ann Arbor, Michigan, em 1959, onde fora para saber algo de lingüística para fazer análises contrastivas, a fim de me tornar uma boa professora de francês. No curso de Introdução ministrado por Henry Hoeningwald fiz exercícios com dados do Maxakali, ao que se seguia a localização, Brasil. Pensei comigo, além dos tupi e dos índios bororós, perpetuados numa marchinha de Carnaval, dos aimorés, nome de um biscoito em cuja lata havia um índio com uma pena atravessada no nariz, dos tupiniquins e botocudos, designações que dávamos para algo que era atrasado e matuto, mais ou menos sinônimo do que seria hoje terceiro mundo, havia esses Maxakali? Era o que me indagava ao fazer o exercício. Foi Terry Kaufman, colega de um curso dado por Ernst Pulgram sobre lingüística românica, quem me tirou da dúvida. Existiam não, me disse ele, existem e, mais ainda, algumas pessoas estudavam essas línguas e viviam disso, só que no México. Achei fantástico e pensei que deveria ser muito bom e diferente, mas eu tinha de ser professora de francês, porque era para isso que tinha uma bolsa. Terry Kaufmann, Henry Hoeningwald, Ernst Pulgram, de maneiras mais ou menos diretas, foram o meu primeiro feliz acaso e as pessoas que me trouxeram até aqui. Hoje ninguém precisa ir tão longe e percorrer um caminho tão tortuoso para trabalhar com línguas indígenas.



Como não tive de ser professora de francês e cumprir um contrato é coisa que todos conhecemos: o projeto do MEC não pôde ser realizado por falta de verba, fui liberada e fiquei sem emprego. Sorte a minha. Chegar ao Museu Nacional foi outro feliz acaso, a primeira a por lá aportar, após o recém-criado Setor de Lingüística, dirigido por J. Mattoso Camara Jr.

Essa modalidade casual de encontro com a disciplina não foi exclusiva minha. Nem nada que aqui conto é privativo de minha pessoa ou traduz minha singularidade. Faz parte de uma época, conforme atestam as entrevistas conduzidas por Bruna Franchetto e por mim mesma, com o grupo de colegas que haviam feito pesquisa de campo, cuja análise foi apresentada em 1982, na XIII Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo. Era nessas reuniões bi-anuais que os poucos especialistas trocavam idéias, até o GT de Línguas Indígenas da Anpoll se fortalecer e a Abralín se firmar e termos o nosso espaço próprio.

Meu encontro com os tapirapé também se deve a mais um acaso. Para lá fui pela primeira vez em avião da FAB, levando como guias as aulas de tupinambá de Aryon Rodrigues, o *Curso de Tupi Antigo*, com os dicionários tupi-português e português-tupi do Padre Lemos Barbosa, e o *Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras*, além dos ensinamentos, à época atualíssimos, da versão mais extremada do estruturalismo norte-americano, que me haviam ensinado Sarah Gudschinsky e Loraine Bridgeman. Isto sem esquecer a rede, o mosquiteiro, pilhas, gravador não profissional, lanterna, lampião e fogão a querosene, latas de salsicha, macarrão, sopa em pacote, biscoitos, miçangas, facas e facões e outros brindes. Uma tralha enorme. O projeto, como convinha então, se intitulava "Documentação, descrição e análise da língua tapirapé (família tupi-guarani)". Mais uma vez nada de original: intentava apenas ter minha experiência de campo, e assim conquistar a identidade de lingüista, para a qual era pré-requisito trabalhar com uma língua pouco ou nada documentada, no meio do mato, com bastante sofrimento. Se pegasse malária ainda melhor. O ritual de passagem tinha de ser doloroso e heróico, mas também cheio de histórias pitorescas. Histórias pitorescas e tremendos foras culturais tenho aos montes, mas, quanto ao sofrimento e heroísmo, lamento decepcioná-los. Não peguei malária, a aldeia era linda, o banho no rio uma delícia, o povo melhor ainda, não passei fome, até engordei, não vi cobras, nem um jacaré, nem uma onça, e as Irmãzinhas de Jesus que me acolheram principescamente, um pouco temerosas, é bem verdade, de receber uma carioca, uma típica *mulier cobacabanensis*, se surpreenderam com a nordestina atávica que adorava dormir em rede, comer farinha com tudo, que não sentia falta de leite e estava acostumada à escassez de água e a carregar baldes (a falta d'água no Rio de Janeiro era costumeira e tão endêmica quanto a malá-



ria local), que matava barata numa boa, que sabia nadar, e bem, e a falar o dialeto maranhense reinante na área. A mesma boa acolhida tive dos tapirapé, que se reuniam em minha casa, à noite, para contar histórias e saber da vida na cidade. Os jovens me procuravam para aprender a ler e escrever em português e os mais velhos para o que chamavam *tinheru opitari*, hospital de dinheiro, isto é, para consertar as velhas notas todas rasgadas de modo a que pudessem ser ainda usadas.

Da dura realidade do entorno dos então chamados neobrasileiros eu já ouvira falar e cheguei num momento trágico, o da implantação dos projetos de desenvolvimento. Toda a área fora vendida a grupos de investidores do sul do país, com o propósito de desenvolver a região através da pecuária. Vi a devastação que uma nova frente de expansão pode fazer, vi o trabalho escravo de maranhenses nômades, que para ali vinham fazer a derrubada da mata, com esperança, mais uma vez, de ganhar, algum dinheiro para comprar sua própria terrinha e fixar-se, e acabavam no regime do barracão, regime de trabalho que, apesar das inúmeras denúncias, continua a ser praticado até hoje. Tentavam fugir pela mata antes que a malária os matasse, pois nunca pagariam suas dívidas de comida, transporte, ferramentas de trabalho. Presenciei aquilo que minha irmã historiadora me contava sobre a violência da vida rural em que os patrões e os “gatos”, assim chamados por sua habilidade de perseguir na mata, à noite, os que tentavam fugir daquele inferno, nada tinham do propalado brasileiro cordial. Este encontro com a triste realidade da vida dos trabalhadores rurais, até hoje não solucionada, pois não se conseguiu, sabe-se muito bem porquê, efetivar uma reforma agrária no país, foi o lado doloroso e sofrido da minha primeira viagem ao campo.

Hoje, em vários aspectos, o contexto é outro. Os tapirapé têm *pick up*, há professores e monitores de saúde indígenas, mando dinheiro para eles, quando necessário, usando o caixa automático do Banco do Brasil. Os mais velhos têm aposentadoria rural e manejam suas próprias contas bancárias. As pequenas povoações de referência cresceram com as compras feitas pelos que ganham uma aposentadoria. Por outro lado, as matas foram substituídas por enormes pastagens, pontilhadas aqui e ali por um gado magro ou por plantações de cana para fazer álcool. Repetiu-se o erro histórico tantas vezes denunciado, a substituição da diversidade da mata pela monocultura. A isso chamaram de desenvolvimento. O peixe não é mais farto, a caça é rara, as chuvas não têm mais época certa, e os macacos, quando ainda sobrevivem, pulam de cana em cana, não mais de galho em galho. Depende-se agora dos mercadinhos que proliferam nas pequenas cidades. Não preciso mais levar toda aquela enorme bagagem...

Voltemos ao trabalho de campo em 1968. Esses três primeiros meses foram passados tentando entender os meus hospedeiros, tarefa essa para a



qual muito me ajudaram o curso de graduação em letras neolatinas e minha sede de leitura das literaturas francesa, italiana, espanhola, portuguesa e brasileira, da época medieval aos tempos modernos. Aprendi aí a entender o Outro, o diferente, e, assim, a respeitá-lo. Freqüentava a Livraria Francesa que tinha como dístico a frase *Lisez ce que vous ne pouvez pas vivre*, que transformei em *Vivez ce que vous ne pouvez pas lire*, já que a bibliografia etnográfica sobre os tapirapé era escassa. O livro de Herbert Baldus, que os estudei em primeira mão, saiu em 1970, quando eu já me encontrava fora do Brasil. O belíssimo *Welcome of tears*, de Charles Wagley, o segundo antropólogo a estudá-los e exímio cronista dos século XX, é de 1977. O convívio diário com os antropólogos do Museu Nacional, de quem editorava os textos, como membro do comitê de publicação, e ouvia aulas e palestras, também muito me ajudou na tarefa de ler os códigos sociais, a perceber as facções e as forças em jogo nos conflitos domésticos e locais que, às vezes, despontavam.

Nas folgas das sessões de recolha de dados com meu informante Xawaraxowi, hoje meu irmão, ia visitar casa a casa, beber cauim e comer mandioca grossa quente. Deitava numa rede, que logo me ofereciam, e ficava horas e horas conversando e sabendo o que se passava no cotidiano de cada um, aqui e ali aprendendo informalmente algumas coisas da língua. À noite ia com as famílias às praias do rio à procura de ovos de tracajá. Participei de um xygy, cimapó, de três dias, onde pude observar o funcionamento das metades cerimoniais e também fui mordida por um cachorro, incidente importante que me levou a pensar ser OVS a ordem básica, pois em poucas horas a notícia havia chegado aos que haviam permanecido na aldeia: *Inhoni mordeu cachorro*, diziam para as Irmãzinhas. À noite, com Neide Esterci, minha companheira de viagem, comparava os tapirapé com os karajá do Posto que ela estudava. Falávamos do casamento misto tapirapé/karajá, da organização das aldeias, das fofocas locais, da atitude ambígua de desprezo/respeito que os tapirapé escondidamente nutriam pelos karajá: “dormem no chão”, “não fazem roça”, “bebem muita cachaça”. Porém estes ainda tinham seus shamãs e detinham o poder da cura ou da morte. E se impunham e cobravam por isso.

Recolhi, naquela época, não só o formulário padrão, que me foi muito útil para um pequeno trabalho comparativo, intitulado “A classificação do tapirapé na família tupi-guarani” (1982), em que usei a formalização e ordenamento de regras da fonologia gerativa padrão para mostrar a mudança em cadeia do sistema vocálico, mas também, nos períodos de campo que sucederam, material lexical etnográfico: terminologia de parentesco com *ego* masculino e feminino, nomes das cores, partes do corpo humano (trabalho feito em companhia de Mirtes Versiani, conceituada enfermeira da Missão,



de madrugada, na beira do rio, com um porco enorme que haviam matado e estavam limpando e, segundo me diziam, porco é muito parecido com gente, quase a mesma coisa), as classes etárias e a composição das metades, os tipos de banana, de mel, de feijão, de milho, de tubérculos, as festas, os acidentes geográficos etc., material que nunca soube aproveitar, que resta em meus arquivos e só espero um dia saber o que fazer com ele. Se alguém dele quiser fazer uso, está às ordens. Acho que hoje esse tipo de recolha está fora de moda.

A maior parte do meu tempo foi dedicada, como mandava o figurino da época, a reduzir a língua falada à escrita e a cotejar o material colhido a cada dias com as aulas de Aryon Rodrigues e com o material contido em Lemos Barbosa. O primeiro susto fonético aconteceu logo no primeiro dia ao perguntar algo que me parecia fácil — a palavra *arara* — e lá veio o flepe nasal que nunca ouvira e que só detectei muito depois pelo fato de escrever aquele som, ora com *r*, ora com *n* e pelo salutar hábito de nunca apagar o que escrevera em meus cadernos de campo. Eu que havia aprendido até a cantar musiquinha em que exercitava os cliques de línguas africanas, me atrapalhara com um flepe nasalizado...

Depreender os fonemas, saber o que era contrastivo, elencar os pares mínimos como evidência das oposições foi tarefa fácil. Do ponto de vista segmental, o tapirapé é uma língua simples: 13 fonemas consonantais, 5 vogais orais e cinco nasais, e um inventário silábico dos mais primitivos {CV, VC, V, CVC}, não admitindo grupos consonantais. Os problemas começaram com a descrição das vogais nasais. Primeiro, não havia dúvida de que havia um contraste, como atestam as oposições: *ãpe* “caminho dele”: *ãpê* “está torto”: *apen* “está quebrado”, situação praticamente igual à usada por J. Mattoso Camara Jr. (1953) para contrastar a nasalidade fonológica do francês — *bo* (*beau*): *bõ* (*bon*): *bon* (*bonne*) — e a não fonológica do português. Porém, a não ser para *ã*, que, como a nasal em português, se eleva, mesmo que foneticamente não nasalizada é percebida como se o fosse, para as demais vogais era difícil dizer se era nasal ou não. Para ter certeza de que a vogal era nasalizada usava o teste de por *kãto* “correto, bom, bonito”, após a palavra, pois, se a terminação fosse nasal, ocorreria a variante com nasal velar, *gãto*. Assim *konomĩ gãto* “menino bonito” e *nami kãto* “orelha boa”.

Foi aí que começou a ruir o edifício teórico em que me apoiava. Somete-se, a esse fato, a questão da oclusão glotal: não há dúvidas de que é fonêmica dada a oposição: *aa* “ele vai”: *a?a* “carne dele”. Porém qualquer palavra começada por vogal dita isoladamente tem uma oclusão glotal em seu início. Como conciliar o princípio de não escrever na representação fonológica o que não é contrastivo — e, no início de palavra, a oclusão glotal não é contrastiva — e o princípio de “uma vez fonema sempre fonema”?



Mesmo que interpretasse a oclusão glotal como tendo uma função delimitadora, à la fonologia de Praga, como acomodar esse fato no modelo de descrição que estava preparada para usar, em que havia uma estrita separação de níveis para a definição dos elementos de uma gramática, não sendo permitido usar unidades de outro nível como contexto condicionador? E, no caso da nasalização das vogais, em que vogal oral e vogal nasal são variações contextualizadas de fonemas, se seguisse o princípio do *no overlapping*, teria no léxico sempre duas representações para uma mesma palavra em que ocorresse uma vogal nasal no final: uma com vogal nasal, outra sem vogal nasal.

Estava eu nesse impasse quando me caiu dos céus — e a imagem aqui é literal pois o presente me chegou através do Correio Aéreo Nacional, serviço da FAB, criado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, que ia aos lugares distantes e com pouca comunicação entregando cartas, levando e trazia pessoas doentes — o pacote que meu pai semanalmente me mandava, com bicos de lanterna, camisas de lampião, cigarro, chocolate, sabonetes, jornais e revistas e outros pequenos itens necessários, ou de luxo, a um cotidiano na aldeia. Nele estava um livrinho, presente de Roberto Cardoso de Oliveira que retornara de uma viagem aos Estados Unidos, o *Current Issues in Linguistic Theory* de Noam Chomsky.

Mais um feliz acaso que aconteceu no momento exato. Aí pude ver que havia um outro modelo que, ao menos temporariamente, solucionava o meu impasse e me permitia descrever a língua de uma maneira mais adequada, termo que passei depois a traduzir como “de uma maneira elegante e econômica”. Abolidas as condições de invariança e biunivocidade, impostas pelo modelo estruturalista radical, era possível ter uma vogal nasal subjacente e dela derivar uma vogal oral por meio de uma regra de perda do traço nasal em final de palavra. A entrada lexical não era reduplicada. Com a oclusão glotal, poderia representar no léxico a oclusão glotal subjacente que se mantinha intervocalicamente, como em ‘y “água”: *xe’y* “minha água”, e, nos demais casos, representar a palavra sem a oclusão glotal e postular uma regra de inserção da oclusão em início de palavra começada por vogal como em ‘*apinã* “cabeça”: *xeãpina* “minha cabeça”

Foram essas as motivações que me levaram a querer ir para os Estados Unidos aprender o novo modelo. Fui numa leva com várias outras pessoas à procura do novo e do atual: Mário Alberto Perini, Margarida Basílio, nós três para a Universidade do Texas em Austin e Bernadette Abaurre, para Buffalo. Era um novo paradigma que chegava a nós um pouco tarde, mas que prometia muito. Fui aos Estados Unidos, com uma bolsa da Fundação Ford, aprendi o novo modelo, não fiz minha tese de doutorado em tapirapé, mas em fonologia do português.



Observemos ao menos um caso em que a fonologia gerativa padrão permite captar uma generalização impossível de ser feita na fonologia taxinômica. O modelo gerativo linear, que retirou do mapa o nível da fonêmica sistemática, permitindo informações morfológicas nas regras fonológicas, trata o contraste acentual em *tjã'wārã* “cachorro” / *tjãwã'rã* “tucum” como um fenômeno de superfície, analisando o primeiro exemplo como composto de raiz *tāwār* e o sufixo *-ã* “nominalizador”, enquanto que o segundo não tem esse sufixo, a raiz terminando na vogal nasal *ã*. Observe-se que só são paroxítonas ou proparoxítonas as palavras em que às raízes a que se agregaram sufixos átonos. Assim é possível formular uma regra que acentue a última vogal da raiz.

Porém, por ser linear e não levar em conta a estruturação da sílaba e não postular regras de silabação e de ressilabação, tornaria a expressão de uma simples distribuição complementar bastante deselegante, para não dizer complexa. Trata-se da distribuição de *tj* e *j*, que numa perspectiva linear tem de ser fraseada como: *tj* ocorre em aclave de sílaba pretônica ou tônica e *j* no aclave ou declive de sílaba postônica. Assim, em *tjã'wāra* “cachorro”, *tj* ocorre em *onset* de sílaba pretônica; em *ky'tje* “faca” em *onset* de sílaba acentuada; em *maja* “cobra”, *j* está em *onset* de sílaba postônica e em *akoj* “caiu”, em coda de sílaba postônica. Com a autonomia da sílaba e regras de silabação é possível tornar essa distribuição bem mais elegante. Pode-se dizer que *tj* ocorre em *onset* e *j* em coda. Assim *maja* se decompõe na camada lexical em *maj+a* que é silabificado no primeiro ciclo como *maj\$ā* e, no segundo ressilabificado como *ma\$ja*.

A vantagem de um modelo que tenha hierarquias se torna patente se tentarmos formalizar pelo modelo linear a regra que converte *tj* em *j*. No ambiente acima especificado, haveria uma mudança quase que todos os traços componentes de *tj*, de oclusiva alveolar palatalizada para *j glide* palatal, alto, não-arredondado, uma mudança que seria imotivada, pois nada impediria no modelo, pelo custo da regra, que *tj* passasse a *lj*. Adotando a configuração proposta por Clements e Hume (1995), para as consoantes com articulação secundária, no caso a oclusiva palatalizada, tem-se numa mesma raiz um segmento composto de uma oclusiva cuja camada do ponto de articulação se bifurca no articulador [coronal] [+ anterior] e em um outro nó não-terminal vocálico, que se bifurca em ponto de articulação vocálico, no caso [coronal] e abertura, no caso [-aberto 1] [-aberto 2] [-aberto 3]. A variante *j* é obtida pelo apagamento do articulador [coronal], dominado por Ponto de Articulação da Consoante. Restam então os articuladores dominados pelo nó vocálico, a saber, [coronal] e abertura, expressando uma vogal alta [-aberto 1], [-aberto 2], [-aberto 3]; na camada do tempo, tem-se uma raiz consonantal. Essa interpretação e configuração das consoantes com articulação secun-



dária prevê que tipo de alteração pode ocorrer num segmento desta natureza, excluindo, assim, ou tornando altamente marcadas substituições aleatórias totais. Além disso, por ser uma raiz que contém a especificação de consonantal e que se ramifica em um nó vocálico, nas regras morfofonêmicas o y pode Ter uma duplicidade de comportamento ora se agrupando em alguns processos com as vogais, ora com as consoantes, que é o que acontece com o tapirapé.

A vantagem formal da teoria auto-segmental para a fonologia do tapirapé foi tratada no artigo “A estrutura silábica do tapirapé”, publicada em *Estudos fonológicos da línguas indígenas brasileiras*, coletânea coordenada por Leó Wetzels (1995), a quem devo meu reencontro com a fonologia, e a descrição meramente linear se encontra em “Aspectos da fonologia e morfofonologia tapirapé” (1977). A distância temporal que separa esses dois trabalhos, a meu ver, não torna o primeiro anacrônico ou superado; apenas representa momentos diferentes da pesquisa e de sua divulgação. O importante, a meu ver, são os dados e as observações que uma descrição contém e a medida de avaliação de uma descrição deveria ser a possibilidade que oferece de reinterpretções em outros referenciais teóricos.

Observe-se que a simplicidade do inventário fonêmico do tapirapé, em que o caso mais complexo é o mencionado acima, está acoplado a uma rica morfofonologia em que, nas raízes, ocorrem as seguintes alternâncias: *am/ãp/ãw*, *an/ãt/ãr* em paralelismo com *Vp/Vw: Vt/Vr*. Mais uma vez, é a representação mais abstrata da fonologia gerativa que possibilita captar esse paralelismo, pois permite representar *am* por *ãp* e *an* por *ãt*, análise que foi adotada na proposta de representação gráfica para a alfabetização em língua materna.

Porém, se acreditarmos que as reações do falante neste processo servem de evidência externa à análise, ou, mais modestamente, de pistas, para confirmar ou infirmar possíveis soluções, cumpre assinalar que os tapirapé não aceitaram a análise em que *tj* e *j* são alofones e seu alfabeto os representa com dois símbolos distintos, talvez significando não o que a análise auto-segmental, bem mais abstrata, implica — a semelhança fonética entre os dois sons —, mas uma visão bem concreta de que esses dois sons não são para eles suficientemente semelhantes — uma das premissas da análise pikeana — e devem ser considerados segmentos diferenciados. Por outro lado, aceitaram as análises morfofonologicamente motivadas bem mais abstratas, como escrever com *ãp* a terminação *am*, e por *ãt* a terminação *an*. Assim as representações de *ãkam* “quebrar pote” e a de ‘*an*’ ‘cair’ coincidem com a da análise gerativa: *ãkãp* e ‘*ãt*’, respectivamente. O uso desta evidência externa aponta em duas direções — uma concreta e outra abstrata — que ou invalidam a análise proposta, ou sugerem que a reação do falante no processo de



alfabetização não é um argumento válido para confirmar ou infirmar os princípios gerais de uma teoria. Estes fatos e considerações sobre as evidências advindas do processo de alfabetização foram tratados em artigo intitulado "O papel do aluno na alfabetização de grupos indígenas: a realidade psicológicas das descrições lingüísticas" (1987), feito em colaboração com Marília Lopes da Costa Facó Soares e Tânia Conceição Clemente de Souza, que testaram criteriosamente essas análises e as reações dos alunos tapirapé *in loco*.

O importante é que, com essas representações mais abstratas, se torna imperioso distinguir regras lexicais de regras pós-lexicais. Cada vez nos afastamos mais do modelo gerativo padrão e sua abolição de níveis diferenciados de análise.

Voltando ao caso da oclusão glotal, a diferença flagrante existente é que o processo de sua inserção aponta para a vantagem de um modelo fonológico de representação e regras ao invés de um modelo meramente representacional. No modelo da fonologia lexical, fica, porém, a pergunta: onde deve ser tratado, se no estrato lexical ou no pós-lexical. Trata-se de um fenômeno demarcativo da palavra e como não ocorre entre palavras no contínuo da fala, só em início palavras ditas isoladamente, deve ser assim regra lexical, que se insere em início de enunciação, a fim de evitar que se insere no nível lexical, propira da palavra, e se cancela no pós-lexical entre palavras alcança-se o resultado correto, mas se perde o valor demarcador do processo. Isto parece ser um indicativo que o caminho mais apropriado é o da fonologia que vem sendo tendo hoje em dia uma grande aceitação: a teoria da otimalidade ou otimação.

Por aqui começa a ficar mais claro o subtítulo que dei a este breve relato: "um estudo de caso de uma pesquisa infinda".

Passemos a uma outra etapa, a da tipologia clássica e dos marcadores de pessoa.

Foi o artigo pioneiro de Lucy Seki, "Kamayurá: uma língua de estrutura ativa" (1976), que abriu o caminho a seguir para dar algum sentido ao simples quadro que chamávamos de referência cruzada. Com base na proposta de Giorgii Anton Klimov (1974), pode-se dizer que o tapirapé é uma língua de estrutura ativa, tal como o kamaiurá, o asurini do Trocará, o tupinambá, o kaiabi, para mencionar apenas alguns exemplares da família tupi-guarani. Por estrutura ativa se entende o uso da mesma forma de referência pessoal para marcar o sujeito de verbos transitivos e de verbos intransitivos ativos e outra forma para marcar o objeto de verbos transitivos e o sujeito de verbos de estado. Há assim uma cisão do sujeito dos verbos intransitivos, que ora se juntam ao sujeito verbos transitivos, ora ao objeto. São, por isso, também chamadas de línguas de sujeito cindido e ora vistas como um caso



de ergatividade cindida, condicionada pela semântica ativa ou de estado do radical verbal, ora como um tipo autônomo, como o faz Klimov, seguido por Seki.

Observe-se, porém, que a tipologia de estrutura ativa só se consubstancia quando a 3ª pessoa está em jogo, quer como sujeito, quer como objeto. A escolha do argumento a figurar no verbo depende de uma hierarquia referencial em que a 1ª > 2ª > 3ª. Nas demais, as relações entre sujeito e objeto com outras referências pessoais têm marcas específicas, tradicionalmente conhecidas como morfema cumulativo (1ª > 2ª) e morfema descontínuo em outro (2ª > 1ª). Uma alentada bibliografia sobre o tema existe, não só para a língua tupi-guarani, mas também para as de outras famílias, que é amplamente praticada no país e não vale a pena alongar-se aqui.

O importante da proposta de Klimov é que ele vai além do estabelecimento do tipo ativo distinto do ergativo e da listagem das características dessas línguas, ao estabelecer uma consequência daí derivada. Segundo ele, nas línguas ativas, os elementos centrais são as marcas referenciais de pessoa, sendo os sintagmas nominais a que elas se referem meros acessórios.

Essa observação de Klimov permaneceu por vários anos, praticamente restrita aos círculos da antiga União Soviética. Se não fosse Lucy Seki, jamais teria sido conhecida por nós.

Foi somente na década de 80 que a questão sintática que esta observação encerra voltou à ordem do dia na perspectiva da teoria paramétrica.

Voltando ao meu trabalho de campo, mesmo na primeira viagem, chamara-me grande atenção a ambigüidade contida em frases do tipo *João matou Pedro*, já que a língua, como se viu no exemplo, em português, *Ione mordeu cachorro*, e outras que presenciei como, *Corre, Ione, corre, vem cá, Irmãzinha mordeu piranha*, a ordem sintagmática básica parecia ser OVS. Essa ordem foi a origem de várias foras lingüísticos que dei, como no dia de uma caçada em que Marcos me comunicou que *Cachorro matou porcão* e eu, com cara alegre, respondi: *que bom, vamos comer muito porcão hoje*. E ele, triste, me retrucou: *não, Ione, meu cachorro morreu*.

Em outros contextos e com o passar do tempo percebi que a essas sentenças eram ambíguas e que haveria a permissão de ser interpretadas tanto como OVS, ou SOV, OSV etc. A ambigüidade daí decorrente que se limita aos casos em que há duas 3ª pessoas envolvidas, uma como sujeito e outra como objeto, ambas com o traço [+animado], já fora notada pelo Pe José de Anchieta em sua *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* (1595), sob o nome de anfibologias. Com a acuidade que lhe é característica, diz-nos ele, no capítulo VIII: Da construção dos verbos ativos:



Sendo a terceira pessoa nominativo e acusativo, ainda que possa haver alguma anfibologia, contudo, pela matéria que se trata, comumente fica claro, como de coisa animada com inanimada, ou de maior qualidade com menor; assim Pedro come pão, bebe, planta, derruba árvores etc; está claro que Pedro há de ser nominativo, de qualquer maneira que se ponha, como Pedro o-ú miapé Pedro come pão, Pedro miapé o-ú, miapé Pedro o-ú, o-ú Pedro miapé; e por aqui se entende o mais: Pedro pirá o-ú Pedro come peixe; Pedro jaguára o-juká Pedro matou a onça. Quando há igualdade, então é a dúvida, como Pedro matou a João. Pedro João o-juká, porque ambos podem ser nominativo e acusativo.

Lemos Barbosa (1956) também chama a atenção para as várias ordens possíveis, mas eu não prestei a menor atenção a essa observação porque o esquema a que estava ligada me dizia que há uma ordem básica, da qual se poderiam derivar outras. E essa ordem básica seria a encontradas em sentenças neutras, isto é, não marcada pragmaticamente ou era a mais freqüente nos textos. Passei muito tempo contando freqüência de sintagmas sujeito e objeto em textos e o que encontrei foi a ordem V. E quando muito SV e OV, o que me levaria a dizer que a ordem era ergativa. Não sei muito bem o que isso quer dizer e para que essa classificação serve, mas era o que podia fazer com o tipo de modelo que tinha à mão.

Custei muito a ver o problema, porque só se vê quando se tem uma teoria que nos induza a ver.

Na busca de uma explicação para o que eu considerava insuportável conviver — não saber quem morreu em Pedro matou Paulo —, tive a inteligente e original companhia de Márcia Damaso Vieira, que elegeu o tema para sua tese de doutorado, *O problema da configuracionalidade na língua asurini: uma conseqüência da projeção dos argumentos do predicado verbal* (1987), em que compara duas propostas sobre ordem sintagmática livre: a de Eloise Jelinek (1984) e a de Mark Baker (1990).

O que está em jogo é uma volta ao que fora sugerido por Klimov, que pode ser parafraseado em termos atuais por caracterizar as línguas de ordem livre como aquelas em que os sintagmas nominais de sujeito e objeto não são argumentos do verbo, e sim adjunções. Para Jelinek, os argumentos são os clíticos de pessoa que vêm afixados aos verbos, e, para Baker, os afixos pessoais são elementos de concordância, os argumentos são a categoria vazia *pro*.

O interessante da perspectiva paramétrica é que ela obriga a correlacionar fatos que se pensava nada ter a ver um com o outro, quais sejam: 1) ordem sintagmática livre; 2) anáfora zero ou apagamento de sintagmas no-



minais; 3) sintagmas descontínuos; 4) ausência de quantificadores, 5) ausência de questões múltiplas; 6) incorporação nominal.

O tapirapé tem todas essas características menos uma: a violação da condição C da teoria da vinculação (Chomsky, 1981), pela qual uma expressão referencial é livre em todos os domínios do sujeito. Por domínio do sujeito, entende-se uma configuração abaixo do nóculo S(entença), sujeito sendo definido como o sintagma nominal diretamente dominado pelo nóculo S(entença). Um pronome deve ser livre no menor domínio de sujeito, isto é, seu referente, não deve estar na mesma oração em que ele se encontra. A categoria vazia *pro*, por representar o sujeito pronominal oculto, tem os mesmos domínios do pronome.

A condição C não permite assim que numa sentença como *(Ele) quebrou o braço de Pedro, Pedro* e *(ele)/pro* sejam co-indexados, isto é, sejam a mesma pessoa. Essa condição é quebrada em línguas como o mowahk e o kadiwéu, em que uma categoria vazia como *pro* pode ser co-referencial com a expressão referencial Pedro. Este é para mim o argumento central do parâmetro da polissíntese tal como proposto por Baker (1995).

O tapirapé, embora tenha as características mencionadas, não permite essa co-indexação. A bem da verdade, o tapirapé também não tem um verbo realmente polissintético, uma estrutura morfológica complexa, isto é, que siga a condição da visibilidade morfológica em que cada sintagma nominal tem no verbo um morfema correspondente. O verbo é tapirapé é morfológicamente muito simples e nele só se tem uma marca que é ou a da objeto ou a do sujeito.

O parâmetro da polissíntese teria a vantagem de aparentemente responder a uma das perguntas que sempre fiz: por que algumas línguas incorporam e outras não, ou por que o morfema *ma*, que na literatura tradicional das línguas tupi-guarani é um causativo, só ocorre com verbos intransitivos?

Não deu certo, mas valeu a busca, porque tive de enriquecer meus dados, remexer velhos e amarelados cadernos, redirecionar meu olhar, e, muitas vezes, alguns lá estavam guardados e eu nunca conseguira lhes dar um sentido. E, principalmente, conhecer o kadiwéu e os trabalhos de Filomena Sandalo (1997; 2001), a mim gentilmente enviados, o mowahk, o warlpiri e tantas outras também cheias de fatos e de mistérios, pois muitas vezes se assemelham em alguns aspectos de superfície, que diferem em outros, que podem parecer insignificantes, mas não o são.

Não me atrai a idéia de considerar um subparâmetro ou micro-parâmetro do tipo polissintético. Continuo fiel ao princípio que aprendi em *Syntactic Structures* (Chomsky, 1957) que um modelo formal procura uma teoria fraca com afirmações fortes, a fim de que possa ser verificada. A postulação de micro-parâmetros acabaria por incluir no modelo, como aconte-



ceu com as transformações, muito mais do que realmente é necessário para definir a faculdade humana da linguagem, por tornar a teoria forte e as afirmações fracas.

Há uma saída apontada por Sandalo (1997). Como os sintagmas nominais têm uma função pragmática, e não sintática de codificar sujeito e objeto, a proposta de Luigi Rizzi (1996) acomoda esses elementos na ramificação da periferia à esquerda (CP). Isso mantém a condição C da teoria da vinculação e exprime a natureza pragmática dos sintagmas nominais.

Agora fica mais claro ainda porque dei o título de pesquisa infinda. Melhor seria ainda infinita, pois a cada dia novas possibilidades de análise e de interpretação surgem que é preciso averiguar. Não tenho, nem nunca tive, a intenção de confirmar ou infirmar ou redirecionar teorias já existentes. O que desejo é que essas teorias me ajudem a entender melhor meus dados. Move-me a esperança de ter um dia uma análise holística, em que um eixo transversal una os tópicos da gramática, e que traduza o entendimento que tiver alcançado da língua.

O que aprendi nesta tentativa de chegar a uma descrição a mais completa possível é que o fenômeno da linguagem é tão vasto, tão complexo que nem usando todas as teorias existentes se dá conta da totalidade de seus aspectos. Nem uma só pessoa. Acabou-se a mística do estruturalismo, em que bastava documentar, segmentar, arrolar e rotular e, pronto, lá se tinha a língua completa. Hoje se sabe que para se chegar a algum porto mais seguro é preciso ter perspectivas diferentes, testar várias hipóteses e teorias concorrentes e mesmo que se tente unir todas essas perspectivas muita coisa ainda ficará de fora.

Durante a confecção deste trabalho, lembrei-me muito de uma ausência que estará para mim sempre presente. Lembrei-me de Carlos Franchi, com quem conversava sobre a limitação das teorias, da impossibilidade de completude, da necessidade dos recortes, que se, por um lado, facilitavam o trabalho, por outro o empobreciam. Senti sua falta nessa troca de idéias.

Mas esta ausência é compensada pelas presenças que aqui vejo e que levaram este encontro internacional a bom termo, pelos alunos que aqui estão e prosseguirão essa aventura. Gostaria aqui de agradecer especificamente aos meus colegas de trabalho no Setor de Lingüística do Museu Nacional, Bruna Franchetto, Márcia Damaso Vieira, Marília Lopes da Costa Facó Soares e Marcus Rezende Maia, que não me deixam envelhecer, pois me renovo e me recrio com seu convívio, com a leitura de seus trabalhos e com a participação em suas iniciativas.

E como esta conferência foi uma recordação de meu trabalho de campo, permito-me aqui dedicá-la à memória de Irmãzinha Mayie Baptiste de Jesus, que me levou aos tapirapé e que em tudo me ajudou a realizar um bom



trabalho, introduzindo-me no mundo tapirapé, recolhendo dados, organizando-os e me enviando, mantendo-me na aldeia, mesmo quando fora dela. Minhas recordações e meu relato estariam incompletos sem sua lembrança para mim eterna.

Para finalizar, gostaria de me associar ao pastor Jacó, que por sete anos serviu Labão, pai de Raquel, serrana bela, e lhe foi imposto servir mais sete para receber em troca a mulher amada, e dizer que, decorridos cerca de 30 anos de estudos da língua tapirapé, outros tantos por certo estudaria, se não fora para tanto trabalho e tanto encantamento tão curta uma só vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anchieta, Pe. José. 1595. *Arte de Grammatica da lingua mais usada na Costa do Brasil*. Edição fac-similada. Universidade Federal da Bahia, Salvador (1980).
- Baker, M. C. 1990. Pronominal inflection and the morphology-syntax interface. In *Proceedings of the 26<sup>th</sup> annual meeting of the Chicago Linguistics Society*. Chicago: Chicago Linguistics Society
- \_\_\_\_\_. 1995. *The polysynthesis parameter*. Oxford: Oxford University Press.
- Camara Jr., J. Mattoso. 1953. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Simões.
- Chomsky, N. 1957. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1964. Current issues in linguistic theory. The Hague: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrech: Foris.
- Clements, G N., Hume, E V. The internal organization of speech sounds. Em John A. Goldsmith (org.), *The handbook of phonological theory*. Cambridge: Blackwell (Oxford).
- Jelinek, E. 1984. Empty categories, case, and configurationality. *Natural Language and Linguistic Theory* 2: 39-76.
- Klimov, G. A. 1974. -On the character of languages of active typology. *Linguistics* 131:11-25.
- Leite, Y. F. 1977. Aspectos da fonologia e morfofonologia tapirapé, *Série Lingüística* n° 8, Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- \_\_\_\_\_. 1982. A Classificação do tapirapé na família tupi-guarani. *Ensaio de Lingüística: Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*, ano 4, n° 7, pp. 25-32. Universidade Federal de Minas Gerais.
- \_\_\_\_\_. 1995. Estrutura Silábica e Articulação Secundária em Tapirapé. Em Leo Wetzels, (org), *Estudos Fonológicos das Línguas Indígenas Brasileiras* pp. 151-194. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.



- Leite Y. F., Franchetto, B. 1983. A Concepção dos Lingüistas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 4 (Lingüística Indígena e Responsabilidade Social, org. Márcio Ferreira da Silva), 15-30, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- Leite, Y. F., Soares, M. L. C. F., Souza, T. C. C. 1985. O papel do aluno na alfabetização de grupos indígenas: a realidade psicológica das descrições lingüísticas. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, nº 53.
- Lemos Barbosa, Pe. A. 1956. *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Rizzi, L. 1996 *The fine structure of left periphery*. (ms)
- Sandalo, F. 1997. A grammar of Kadiwéu with special reference to the polysynthesis parameter. *MIT Occasional Papers in Linguistics* nº 11.
- \_\_\_\_\_. 2001. *A violação da condição C em kadiwéu*. ms. (a sair em DELTA)
- Seki, L. 1976. Kamayurá: língua de estrutura ativa. *Língua e Literatura* nº 5: 217-227. São Paulo.
- Vieira, M. D. 1993. *O problema da configuracionalidade na língua asurini: uma consequência da projeção dos argumentos do predicado verbal*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: Unicamp. (polio).